

HABEAS CORPUS Nº 515.341 - SP (2019/0167810-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : JOSE MAURICIO CAMARGO
ADVOGADO : JOSE MAURICIO CAMARGO - SP292417
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HENRIQUE MOURA MAFRA DOS ANJOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **HENRIQUE MOURA MAFRA DOS ANJOS** contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo de execução indeferiu o pleito do paciente de progressão ao regime semiaberto (fl. 16.).

Irresignada, a Defesa ajuizou o prévio **habeas corpus**, o qual foi indeferido liminarmente pelo eg. Tribunal de origem, conforme o v. acórdão de fls. 10-15 assim ementado:

"Habeas Corpus.

Possibilidade de indeferimento liminar pela Turma Julgadora Interpretação a que conduzem o artigo 93, inciso XV da Constituição Federal, o artigo 663 do Código de Processo Penal e o artigo 248 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O writ não é adequado à concessão de progressão no regime de cumprimento de pena Tal benefício depende de estudo de requisitos subjetivos, o que demanda análise fática e produção de prova Falta de interesse de agir Carência.

A reapreciação do pedido só é cabível se o novo tempo for expressivo à luz do decidido no pleito anterior.

Habeas corpus não conhecido."

No presente **habeas corpus**, sustenta, em síntese, que "a estipulação de prazo de seis meses como condição para o reexame do pedido de progressão colide com as garantias constitucionais, em especial, a da inafastabilidade do controle jurisdicional" (fl. 6).

Requer, ao final, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para "*o prazo de 06 (seis) meses para formulação de novo pedido de progressão de regime*" (fl. 9). Alternativamente, pugna seja concedida ao apenado a progressão de regime.

É relatório.

Decido.

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro **Felix Fischer**

Ministro